

Aos olhos do rei e de Deus: devassas eclesiásticas e práticas de justiça nas Minas do século XVIII

André Nogueira¹, guaso@bol.com.br

1. Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF)

RESUMO: Diversos autores que se debruçam sobre as formas de aplicação da justiça no correr do Antigo Regime chamam atenção para a difícil separação existente entre os mecanismos de coerção da Igreja e do Estado. Partindo dessa premissa, propomos a olhar para essas ações de controle tendo como viés as devassas eclesiásticas realizadas nas Minas Gerais do século XVIII, a propósito de mostrar como nesta área igualmente dialogavam, de forma significativa, a justiça laica e a religiosa, objetivando reprimir as populações dos arraiais auríferos.

Palavras-chave: devassas, sociedade mineira, século XVIII.

RESUMEN: A los ojos del rey y de Dios: exagero eclesiástico y prácticas de justicia en las Minas del siglo XVIII. Varios autores que se prenden sobre las formas de aplicación de la justicia en el correr del Antiguo Régimen llaman la atención para la difícil separación existente entre los mecanismos de coerción de la Iglesia y del estado. Partiendo de esta premisa, nos proponemos a mirar para estas acciones de control teniendo como dirección los exageros eclesiásticos realizados en Minas Gerais del siglo XVIII, con el motivo de mostrar como en esta área igualmente se comunicaban, de forma signifi-

cativa, la justicia laica y la religiosa, con objetivo de reprimir las poblaciones de los sitios de explotación de oro.

Palabras llaves: exageros, sociedad minera, siglo XVIII.

ABSTRACT: To the eyes of the king and of God: ecclesiastical judicial inquiries and practices of justice in Minas of the 18th century. Many authors who bend on the forms of application of the justice during the Old Regime call attention to the existing difficult in detaching the mechanisms of coercion of the Church and of the State. Starting from this premise, we propose to look at these control actions having as conductive the ecclesiastical inquiries carried out in Minas Gerais in the 18th Century, to show was equally talked in this area, in a significant way, the secular and the religious justice, planning to repress the populations of the auriferous villages.

Keywords: inquiries, “mineira” society, 18th Century.

Difícil pensarmos nos diversos mecanismos de controle português no Brasil sem a consideração de uma realidade que se tornou praticamente um axioma: o forte atrelamento – ainda que com vários momentos de litígios e choques de interesses – entre a Igreja e o Estado, no qual a idéia de uma “dupla expansão”, tanto do império de Deus quanto do império do rei norteou uma série de ações no além-mar lusitano (BOSI, 1998; ALENCASTRO, 2000).

Neste contexto, objetivamos com esse artigo¹ tecer algumas reflexões acerca da organização e funcionamento das práticas coercitivas que ficavam sob a orientação bispado, o que nos possibilita à reboque vislumbrar o forte diálogo existente entre os mecanismos de controle e justicamento da Igreja e do Estado, tendo como espaço as Minas do “século do ouro”. Iremos privilegiar como principal foco documental as devassas eclesiásticas, cuja documentação encon-

1 Este artigo é parte de minha dissertação de mestrado que versa sobre a repressão às práticas definidas pelos padres responsáveis pelas devassas nas Minas como feitiçaria, além das ações de cura não licenciadas. Cf. NOGUEIRA, André. **A fé no desvio** : cultos africanos, demonização e perseguição religiosa – Minas Gerais, século XVIII. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Federal Fluminense, 2004. Aproveito aqui para agradecer à minha orientadora, a profª Drª Hebe M. Mattos, as críticas e sugestões sempre argutas.

tra-se no arquivo eclesiástico da arquidiocese de Mariana (doravante: AEAM), dado que esta prática de controle, tida à primeira vista como unicamente religiosa, pode nos dar algumas pistas para pensarmos na simbiose existente entre essas formas de justiça, que, no mais das vezes, aproximava imensamente as concepções de “bom cristão” e “bom súdito”, sem contar com a possibilidade da aplicação de castigos exemplares, que de maneira tão marcante permeia a justiça do Antigo Regime (FOUCAULT, 2000, p. 38-56).

Inicialmente, para a abordagem aqui pretendida, devemos conceber as devassas eclesiásticas como um importante desdobramento da afirmação da ortodoxia tridentina, estando vinculadas ao bispado do Rio de Janeiro, mas que a partir de 1745 passaram para a égide do recém-criado bispado de Mariana, havendo com isso uma patente intensificação de suas práticas². Não podemos perder de vista que essas ações religiosas eram por excelência multifacetadas, envolvendo entre outros vetores a organização de um intenso calendário festivo religioso, a leitura e divulgação de cartas pastorais, entre outras práticas nas quais não iremos nos ater em função dos interesses específicos desse artigo (OLIVEIRA, 2002; CAMPOS, 1997). Passemos, desse modo, para a análise das devassas.

Mandamos aos Rd^{os} visitantes por nós nomeados, que nas suas visitas inquiram e informem da observância destes cap.^{os} castigando aos que os não observarem, não só com as penas neles cominadas, mas com as mais, que lhes parecerem, a nos darão conta com toda a individuação [sic.]³

A leitura do capítulo doze do regimento que norteava o funcionamento do bispado de Mariana, produzido quatro anos depois de sua criação formal, faz-se um ponto de partida bastante fértil para começarmos a pensar os meca-

2 FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 41-79; BOSCHI, Caio. As visitas diocesanas e a inquisição colonial. In: **Inquisição**: comunicações apresentadas no I congresso luso-brasileiro sobre Inquisição. Lisboa, 1989 ou RBH (ou RH) SP: 7 (14): 171, 1987 e Episcopado e Inquisição. In: Francisco Bethencourte; Lirti Chaudhuri (Dir.). **História da Expansão Portuguesa**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998. v. 3.

3 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Regimento Eclesiástico do bispado de Mariana (dado pelo primeiro bispo frei Manoel da Cruz a 27 de Nov. de 1749)**. fl. 4.

nismos de normatização e controle religioso efetuados na região aurífera. Estando para esta empreitada, como temos insistido, em primeiro plano a organização de devassas eclesiásticas.

Esse tipo de fonte deve ser concebida como um rico manancial a ser explorado pelo diversos eixos das ciências sociais. Produção que entra em cena a partir do final da década de vinte do século anterior, ainda muito vinculado ao crivo de autores eclesiásticos, com destaque para o cônego Raimundo Trindade (1928), possuidor de obras que, em âmbito geral, valorizavam a perseverança dos clérigos no enraizamento do catolicismo nas Gerais, guardando forte caráter apologético. Uma outra prática corrente neste tipo de trabalho, e como adverte-nos o professor Luciano Figueiredo perpassa estudos posteriores, é o trato dessas fontes sob o signo do inusitado, do curioso, como uma espécie de *souvenir* a ser adquirido de um tempo remoto (FIGUEIREDO, 1987, p. 20, jul./dez.). Foi principalmente a partir da década de oitenta que o enfoque sobre as devassas ganhava uma outra perspectiva. Fazendo com que elas passassem a ser utilizadas como um importante veículo para descortinar os meios de vida e o cotidiano das pessoas provenientes principalmente das camadas subalternas, que não raro deixaram, como uma das únicas possibilidades de marcar a sua existência, os papéis produzidos por seus algozes (GINZBURG, 1998, p. 18).

Assim as devassas passaram a trazer à baila as formas de sobrevivência material, a vida conjugal dos homens e mulheres mineiros, os multifacetados pedidos de interferência do mundo sobrenatural, as práticas sexuais concebidas pela Igreja como avessas aos seus ensinamentos, as formas de sociabilidade num universo fortemente hierarquizado, entre outros aspectos.

Do ponto de vista de seu funcionamento, as devassas podem ser definidas como um tipo de prática de repressão religiosa mais simples e de muitas maneiras mais imediata e sumária, ainda que feita em dois tempos: a princípio os delitos e desviantes eram conhecidos, levando-se os casos coletados para a sede do bispado com o propósito de serem julgados, e, posteriormente os visitantes designados voltavam às áreas visitadas para aplicar as punições (FIGUEIREDO, 1987, p. 16-17; BOSCHI, 1989, p. 156-157). A rigor, esses pequenos tribunais deveriam visitar essas regiões sob a jurisdição do bispado de Mariana anualmente, embora essa periodicidade não tenha sido seguida à risca. Lembrando ainda que esse tipo de ação, caracterizada por uma organização itinerante, remonta à tradição medieval de formação de tribunais volantes, como a princípio fora caracterizado a própria organização do Tribunal do Santo Ofício (FIGUEIREDO, 1997, p. 42).

O espreitar da vida alheia – uma empresa não muito difícil em regiões de concentração urbana, onde pequenos e grandes pecados ganhavam inegável publicidade – e o conhecimento dos desvios era possível graças à apresentação de uma espécie de questionário com quarenta itens que eram lidos na ocasião das visitas a pessoas geralmente escolhidas pelo visitador, tendo como

parâmetro a sua “credibilidade” e posição dentro daquela comunidade (FIGUEIREDO, 1987, p. 16). Tentando aqui esboçar o perfil social destes denunciadores, podemos perceber a preponderância de homens, que corrobora a mentalidade patriarcal da época, sendo também estes denunciadores fundamentalmente procedentes de Portugal – em especial do acerbispado de Braga –, e envolvidos em atividades comerciais, mecânicas, vinculadas à mineração e que possuíam terras para a agricultura, aparecendo na documentação das devassas a designação “vive de sua roça”, além, logicamente, de sacerdotes e militares, que tinham suas atribuições, cargos e patentes registradas na frente de seus nomes. Ou seja, os denunciadores eram tipicamente brancos, livres e oriundos das camadas médias das Minas. Desta forma, guardavam a almejada “credibilidade”, e simultaneamente, como não se tratava genuinamente de uma “aristocracia”, esses denunciadores não estavam afastados completamente dos burburinhos e dos casos que ecoavam das ruas e casas. Torna-se patente com isso, a utilização das devassas igualmente como um regulador da vivência e da ordem social. Ao evocar a norma mediante a convocação de membros dessas comunidades considerados respeitáveis e “aptos” para delatar ações desviantes, as devassas aproximam-se do ideal de comportamento social almejado pelo Estado luso em suas possessões além-mar.

Acerca dos *quarenta quesitos*⁴ que serviam de base para a condução das denúncias, chama inicialmente nossa atenção a diversidade de delitos que ele abarcava, podendo estes, ainda que simplificarmente, serem agrupados de acordo com os tipos de infrações que o clero tentava debelar. Assim, podemos perceber, inicialmente, uma preocupação bastante posta em fazer das devassas um veículo de normatização religiosa nos moldes defendidos por Trento. Tanto que havia de se começar pelo estado dos templos, a garantir o decoro nas celebrações, conforme exigido nas **Constituições Primeiras do Acerbispado da Bahia** – que era seguida por outros bispados da Colônia –, e no **Regimento** do bispado. Tal preocupação pode ser notada a partir dos próprios termos de abertura existentes nesses códigos, nos quais há a averiguação das instalações dos templos:

(...) visitei esta capela de Nossa Senhora da Conceição filial da mesma matriz de N. Sr. da Conceição do Mato Dentro, e nesse fiz a procissão das almas, visitando os

4 AEAM. Devassas 1733. Anexo 1. p. 185-190. Apud BOSCHI. **As visitas diocesanas e a inquisição colonial**. 1989, p. 163-166; FIGUEIREDO. **Barrocas**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

santos óleos, altares, ornamentos, pia batismal, e tudo mais que pertence ao culto divino, honra a Deus, e bem das almas assistidas a todo o sacerdote, e povos deste distrito, e procedendo na forma de devassa...⁵

Essa preocupação em vigiar as práticas religiosas era igualmente extensiva ao clero mineiro, sendo os pastores também alvo dessas ações de enquadramento, merecendo destaque a lembrança do crime de solicitação; mancebia por parte de sacerdotes; negligência ao administrar os sacramentos aos fiéis; párocos que tratavam com violência seus fregueses; andavam de noite em tavernas, bebendo e jogando, a exemplo do que previa o trigésimo dos quarenta quesitos: “se o pároco injuria os fregueses ou os trata mal na estação ou outra coisa de fazer seu ofício como deve ainda que não haja fama”⁶.

A despeito dessas ações normativas e da quantidade de delitos a serem coibidos em relação aos clérigos, estes marcariam presença digna de nota nas páginas das devassas. Apenas a título de lembrança poderíamos pinçar três casos. Durante visita ensejada na freguesia de N. Sr^a da Conceição do Mato Dentro, no ano de 1750, o reverendo Eusébio causaria espécie entre seus paroquianos em decorrência de suas ações, sendo apontado algumas vezes diante do visitador, por admitir em sua casa “jogos e adjuntos [sic] de homens causando escândalo á vizinhança sem atenção ao decoro de seu estado”⁷. De péssima fama e costumes também era o capelão de N. Sr^a da Conceição, que além de revelar segredos da confissão, ainda se “auzentara [sic.] deste furtivamente para o sertão levando uma mulher casada”⁸. Já o padre Matheus Paiva havia sido acusado em Sabará de concubinato, “infamado de viver com (ileg.) de porta a dentro e tem uma filha em casa”⁹. No que tange às práticas de concubinato envolvendo o clero mineiro, merece destaque o estudo de Luís Carlos Villalta, que ao analisar, dentre outras fontes, testamentos de padres encontraria na forma de produção dos mesmos fortes vestígios de que muitos

5 AEAM. Devassas Eclesiásticas 1750-1753 fls. 55-55v.

6 AEAM. Devassas 1733. Anexo 1. p. 189. Apud FIGUEIREDO. **Barrocas**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

7 AEAM. Devassas 1750-1753. fl. 66v.

8 Ibidem fl. 38v.

9 AEAM. Devassas 1727-1748. fl. 67v.

desses sacerdotes na hora da morte deixavam parte de seus bens para supostas mulheres – algumas inclusive vivendo em concubinato estável –, e mesmo filhos reconhecidos como herdeiros de maneira velada (VILLALTA, 1993, p. 107-114).

No que versa sobre o controle dos fiéis, a documentação investigada apresenta um número indisputável de casos de concubinato, representando este delito aproximadamente 87% do total de denúncias¹⁰. Lembrando que outros “delitos da carne”, como a sodomia e a bestialidade, também eram matéria da coerção que atingia a intimidade das pessoas por parte da Igreja. Vivências de um catolicismo heterodoxo não poderiam faltar na delimitação da norma. Tanto que, o primeiro questionamento dos padres visitantes orbitava em torno das heresias e/ou práticas votivas, digamos, “alternativas”. Estas, bem ao sabor do que alguns autores definem como *catolicismo barroco* (MOTT, 1997; REIS, 1999) impregnadas de intimidades e irreverências no trato do objeto de devoção, em grande parte das vezes sem que os fiéis atinassem para essas idiosincrasias, mostrando-se em situações corriqueiras e aparentemente recorrentes, como em jogos de azar ou em conversas em sacadas ou nas ruas ao final da tarde (HIGGS, 1995). Por esse tipo de atitude que seria denunciado Manoel Tinoco, que “usando de termos indecentes contra as imagens sagradas, como foi dizer haveria [sic.] dois meses tempo em que se fez a procissão de N. Sr^a das Mercês de Antônio Dias dizendo que a mesma senhora tinha parentesco com Gaspar de Lemos no pescoço...”¹¹. Cerca de vinte anos depois, no arraial do Tejuco, Diogo Nunes fora acusado de irreverências desrespeitosas usando uma imagem de Cristo¹². O português Fernando Ribeiro era conhecido blasfemador, não cansando de dizer que Deus não era Deus e que não queria nada com Deus que o tinha abandonado¹³.

A despeito dessas ações normativas mais diretamente alusivas às práticas de devoção e conduta moral tanto dos clérigos quanto dos fiéis, a continuação da análise dos quesitos que definiam os delitos passíveis de cair na malha da justiça do bispado nos permite vislumbrar que suas preocupações iam bastante

10 Para uma análise específica de como se *organizou* as – diversas – famílias nas Minas do setecentos, conferir o já bastante citado estudo de Luciano Figueiredo, **Barrocas famílias: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII**, principalmente o capítulo 4.

11 AEAM. Devassas Eclesiásticas 1762-1769 fl. 97.

12 AEAM. Devassas Eclesiásticas 1746-1787 fl. 118 v.

13 AEAM. Devassas Eclesiásticas 1722-1723 fl. 8.

além de questões estritamente religiosas ou de ordem dogmática. Aqui, mais uma vez, as idéias de fiel cristão e bom vassalo/colono misturavam-se aos olhos das autoridades régias e dos membros da Igreja, como já havíamos mencionado. Neste contexto, nada menos que dez dos quarenta questionamentos feitos pelos padres visitantes nos vários arraiais e freguesias das Minas não eram possuidores de vínculos diretos com a manutenção da ortodoxia católica.

Deste modo, as devassas norteadas pelo bispado voltavam-se simultaneamente para os desvios que podiam ofender à moral cristã e ainda causarem distúrbios sociais, a exemplo das práticas de prostituição, feitas de formas variadas, fosse nas temidas *casas de alcouce* (quesito 12) ou mesmo, facilitadas com o aval e consentimento dos pais (quesito 13), produto da miséria e das dificuldades de sobrevivência nas Gerais. Uma variante dessa realidade foi desnudada com perspicácia por Laura de Mello e Souza valendo-se também da documentação das devassas eclesiásticas, observando que em algumas denúncias era sublinhada a posse de vestidos como um indicativo de “mau procedimento” por parte das acusadas, associando uma pequena variação na provavelmente limitada quantidade de roupas tipicamente possuídas à prostituição, o que acusa o quão diminuto deveria ser o vestuário dessas pessoas (SOUZA, 1990, p. 146; FIGUEIREDO, 1993, p. 68 et seq).

Nunca é demais lembrarmos que para o controle dessas práticas a justiça do bispado somava-se a vários bandos e determinações dos governantes régios que proibiam, de modo bastante recorrente, o funcionamento de várias *casas de alcouce*, repudiadas por serem um espaço no qual os ânimos se acaloravam, gerando brigas, “batuques”, e também altos índices de prostituição. Esse despertar de paixões, ameaçador do “sossego público” ficaria patenteado em outro bando contrário a esse tipo de comércio: “pior, com toda a publicidade tem vendas abertas com escravos e pardos (...) de cuja ação haverá amores e junto quizila” [sic.]¹⁴.

Nesse despertar de “amores e quizilas”, a postura dos donos das vendas em se valer dessas mulheres para aumentar suas rendas, mediante a negociação de seus próprios corpos, seria uma prática deveras recorrente, não faltando nas devassas eclesiásticas denúncias em torno dessas ações. Este era o perfil do estabelecimento de Joseph Coelho, que fora denunciado na devassa de 1722 por permitir “que em sua casa faça a dita escrava muitos desaforos com negros pecando com eles com o pretexto de vender (ileg.) e fritos de sua venda”.¹⁵

14 Arquivo Público Mineiro. CMOP. Cód. 6 fls. 8-8v.

15 AEAM. Devassas 1722-1723. fl. 35v.

Uma outra ordem de delitos, contudo, não nos permite pensar num apelo religioso direto, possuindo, com efeito, uma preocupação marcadamente temporal. Nesta perspectiva, o bispado de Mariana regulava igualmente os abusos nos valores dos aluguéis de bestas, bois e vacas (quesito 21); casas em que houvesse jogos de apostas (quesito 37); ações que causavam escândalo público ou afetavam a convivência harmônica entre os habitantes de uma dada freguesia, como pessoas que possuíssem *má língua*, que andassem pelas ruas bêbadas – ou *tomadas de vinho*, conforme aparece da documentação coeva – portassem armas, fossem truculentas, arrumando brigas com os demais membros da comunidade (respectivamente quesitos 10;11 e 37)¹⁶.

Podemos acrescentar também nesse quadro de preocupações, digamos, mais diretamente terrenas do que celestes nas práticas de justiça do bispado de Mariana a usura e as transações comerciais que feriam uma certa noção de economia cristã, ligada à idéia de “preço justo” e de que o empréstimo de dinheiro cobrando juros correspondia à venda de algo que só possuía a Deus: o tempo. Desse modo, assim estabelece o vigéssimo item do questionário perguntado pelos padres visitantes:

se alguma pessoa que seja sazoneira, dando dinheiro, pão, vinho, azeite ou outras coisas semelhantes emprestando para receberem mais que a sorte principal, ou vendem mercadorias fiadas por mais do que valem, com o dinheiro na mão do preço rigoroso por razão da empresta; ou as compras por menos do ínfimo coisa considerável por darem dinheiro de antemão, e haja das ditas fama pública¹⁷.

Possuidor de tal fama pública e conhecido como *escandaloso usurário* era João Ribeiro de Araújo, que habitava as Minas ao longo da década de 1720, sendo acusado de *dar dinheiro a juros*¹⁸, sofrendo por isso reprimenda do visitador.

Um outro tipo de delito que merece nossa atenção, por mais distante que esta realidade possa estar das nossas atuais convicções ou crenças, é o que versa sobre as práticas de feitiçaria ou curas mágicas. Interessante pensarmos nos mecanismos de repressão a essas ações porque nos possibilita a percepção

16 Cf. AEAM. Devassas 1733. Apud BOSCHI. **As visitas diocesanas e a inquisição colonial**, p. 163-166; FIGUEIREDO. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII, Anexo 1. p. 185-190.

17 Ibidem p. 188.

18 AEAM. Devassas Eclesiásticas 1727-1748 fl. 63.

de novos vetores para sublinharmos como a justiça régia e a eclesiástica poderiam apresentar-se de maneira significativamente imbricadas no mundo do *Antigo Regime*.

Em Portugal, as práticas mágicas começariam a habitar de uma maneira mais sistematizada a preocupação das autoridades laicas a partir principalmente das **Ordenações Afonsinas** (1446), sendo reiteradas posteriormente, com maior precisão e detalhes com as **Ordenações Manuelinas** (1512) (PAIVA, 2002, p. 191). Neste contexto, a justiça lusa coadunava com outras partes da Europa ao conferir ao delito de feitiçaria um foro duplo, passível de julgamento tanto pela justiça de Deus (encarnada principalmente pela Inquisição e pelos tribunais episcopais) quanto pela justiça régia (PETER, 2002; PAIVA, 2002; BETHENCOURT, 1987).

Embora, não possamos comparar a veemência desta repressão em Portugal com o fenômeno de “caça às bruxas” existente em áreas como a Inglaterra, a Alemanha e a Suíça (PAIVA, 2002; BETHENCOURT, 1987). Pois, como é sabido, as autoridades lusas eram especialmente zelosas no controle e repressão aos judeus convertidos ao catolicismo, ou cristãos-novos, como eram mais conhecidos.

Seja como for, a justiça laica *del rei* somava-se aos tribunais de cunho religioso para coibir o delito de feitiçaria, explorando o imaginário de que além da opção herética de adorar ao diabo, as feiticeiras perpetravam uma gama de ações que colocavam em risco a sobrevivência material das comunidades, ao afetar as colheitas e os preciosos animais, além de interferir na reprodução humana, o que viabilizava o fato dessas pessoas tornarem-se igualmente alvo da repressão do Estado¹⁹.

Sob a égide desse tipo de pensamento que as **Ordenações Filipinas** previam em seu quinto livro:

Estabelecemos que toda pessoa, de qualquer qualidade e condição que seja de lugar Sagrado ou não Sagrado que tomar Pedra de Ara [sic.] ou corporais ou parte de cada uma dessas coisas, ou qualquer outra coisa sagrada,

19 Poderíamos mencionar entre registros que nos mostra esse tipo de pensamento o trecho da conhecida bula de Inocência VIII que embala a perseguição a essas práticas: “...têm destruído homens, mulheres, bestas de carga, rebanhos, animais de outras espécies, parreiras, pomares, prados, pastos, trigo e muitos outros cereais; estas pessoas miseráveis ainda afligem e atormentam homens e mulheres (...) impedem os homens de realizarem o ato sexual e as mulheres de conceberem”. INOCÊNCIO VIII. Bula Summis Desiderantis Affectibus. In: KRAMER; SPRENGER. **Malleus Maleficarum**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990. p. 43-45.

para fazer com ela feitiçaria (...) qualquer pessoa, que em círculo ou fora dele, ou em encruzilhadas invocar espíritos diabólicos ou dar a alguma pessoa o que comer ou o que beber qualquer coisa para querer bem ou mal... (1985).

A definição das ações punitivas segue com descrições bastante pormenorizadas acerca das possíveis práticas encetadas pelas feitiçarias, somando-se também ao **Título IV** as práticas de curas e benzeduras de pessoas e animais feitas sem a autorização da Igreja ou do Estado, com penas corporais como açoites, além de degredos ou trabalhos forçados nas obras públicas – as galés *del rey* –, sem contar com penas pecuniárias.

Exemplo bastante interessante dessa disposição da justiça régia aconteceu na Vila Rica de 1791, onde um negro angola chamado Caetano da Costa foi enredado numa devassa civil perpetrada pela câmara desta cidade, sob a acusação de práticas de cura ilegais e do assassinato de três pessoas, em função da perturbação da ordem pública, a justiça laica resolveu dar conta deste “feitiçeiro”. Ao final do julgamento, a pena imputada ao negro Caetano coadunava diretamente com as determinações das **Ordenações Filipinas**, podendo ser consideradas bastante severas, sendo determinado açoite público com *baraço* e *pregão* pelas ruas de Vila Rica, além de três anos de galés realizando trabalhos forçados²⁰. A despeito da atipicidade deste caso – uma vez que para a repressão deste delito a justiça eclesiástica era mais recorrente –, podemos perceber como a justiça laica poderia intervir em delitos mais diretamente associados como atinentes aos tribunais religiosos²¹.

Nos atendo um pouco mais no principal mecanismo viabilizador do funcionamento das devassas, a saber, a quantidade de denúncias que justificava a ação dos vigários responsáveis pela sua condução, torna-se bastante difícil definirmos com exatidão as motivações que fariam com que esses indivíduos abandonassem momentaneamente seus afazeres com o propósito de delatar vizinhos, conhecidos ou mesmo pessoas que sequer lembravam dos nomes. Pesa-va sobre essas ações, seguramente, o poder de convencimento da Igreja, exortando a cooperação dos fiéis, difundindo os tipos de pecados nas missas, avivando as memórias e ameaçando com a excomunhão as pessoas que sabendo dos crimes que afetavam o catolicismo resolviam ocultá-los (BOSCHI, 1989, p.

20 Arquivo Histórico do Pilar. Emenda por feitiçaria: Caetano da Costa. Auto 9470. códice 449. fls. 14 v-15.

21 Para um outro caso de feitiçaria sendo reprimida pela justiça laica, conferir REIS, João. Magia jeje na Bahia: a invasão do calundu de Pasto de Cachoeira, 1785. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, 1988.

167 et seq). Possivelmente o aguçar desse “senso do dever” pode apresentar-se como uma explicação plausível para o fato de Sebastião Lopes, oriundo do bispado de Braga, ir à mesa da visita para denunciar nada menos que quatorze pessoas. Também procedente de Braga, Manoel Ribeiro demonstraria um “zelo” ainda maior, levando ao conhecimento do vigário responsável pela mesma devassa os deslizes da exorbitante quantidade de trinta e seis pessoas de uma só vez!²²

Como vários autores que se debruçam sobre a temática da perseguição religiosa têm insistido, não era apenas a preocupação com a manutenção da ortodoxia católica que justificava a ocorrência de denúncias. Neste contexto, várias pessoas recorriam às devassas como veículo de vingança pessoal, tomando de empréstimo um aparelho repressivo de cunho fundamentalmente religioso para a resolução de desafetos. Sabendo-se dessa prática, podemos vislumbrar entre os quarenta itens dos interrogatórios uma preocupação em tentar coibir tais ações, rezando o décimo-primeiro quesito: se há alguma pessoa que jurasse falso em juízo ou seja disso infamado ou costumado de jurar fora do juízo, juramentos falsos e escandalosos (AEAM apud FIGUEIREDO, 1993, p. 188). Mas, as despeito dessas tentativas de tirar do plano pessoal o discurso das testemunhas, algumas denúncias refletem de forma patente esse tipo de estímulo, como segue uma denúncia pinçada da devassa ocorrida no ano de 1751: “Disse ele testemunha que uma Josefa crioula forra tem malingoa [sic.] difamando mulheres casadas como fez a mulher dele testemunha”²³.

Não obstante a importância e a quantidade das testemunhas, que por motivos bastante amplos compareciam diante do visitador, Caio Boschi nos chama atenção – o que pode ser encontrado em vários livros por nós pesquisados – para um número também relevante de indivíduos que convocados para apontar os delitos previstos nos interrogatórios respondiam com o silêncio (BOSCHI, 1989, p. 167; FIGUEIREDO, 1997, p. 78), o que era representado pelo escrivão a partir de um texto padrão, que explicava que a testemunha “perguntada pelos interrogatórios da visita disse nada e assinou”. Esse tipo de atitude nos faz lançar um olhar mais cauteloso no que tange ao pensamento corrente, e muito difundido no “senso comum”, acerca do alcance dos mecanismos persecutórios da Igreja, o que de certa forma tornaria o ditado coevo à ação inquisitorial de que “não havia lugar onde o longo braço do Santo Ofício não alcançasse” algo um tanto exagerado. Essa realidade obviamente se reproduzia nas devassas episcopais, diminuindo-se o peso de sua ação coercitiva a partir da quebra de

22 AEAM – Devassas 1750-1753. respectivamente fls. 31v-32 e 43v-45v.

23 AEAM. Devassas 1750-1753. fl. 48.

um de seus principais expedientes, qual seja a pulverização dos delitos, e conseqüentemente das sentenças, mediante a delação das culpas alheias²⁴.

Um outro vetor que corrobora a existência de determinadas brechas no poder de punição das devassas, a despeito do que afirma Boschi ao colocá-las como uma modalidade de justicamento da qual “a punição era inexorável e inapelável” (BOSCHI, 1989, p. 390), é a possibilidade do réu recorrer ao Juízo Eclesiástico, que a rigor, acabava funcionando como uma espécie de tribunal de última instância que tinha entre outras atribuições a de ratificar ou mudar as sentenças aplicadas nas devassas (SILVA, 2000; PIRES, 1997).

Como afirma Marilda da Silva:

Na organização da justiça eclesiástica de cada bispado do período colonial, o Juízo Eclesiástico agia como a instância superior. Assim, os acusados em visita eclesiástica ou pelos vigários de vara presentes nas comarcas eclesiásticas podiam recorrer da sentença ao Juízo Eclesiástico, ou ser condenados em última instância pelo Tribunal (2000, p. 35).

Assim ocorreu com a “preta forra” Rosalina que após ter sido enredada numa devassa eclesiástica, “infamada de feiticeira e muito diabólica”, obteve do Juízo Eclesiástico o livramento da denúncia, no correr do ano de 1760, sob a alegação de que a “sobredita fama resulta tão somente de pessoas suas inimigas”²⁵.

Apesar desses percalços, marcados por pessoas que exortadas a colaborar com os visitantes no esquadrinhar dos pecados de uma dada freguesia simplesmente recusavam-se, ou ainda a ocorrência de anulações de algumas das sentenças lavradas após o julgamento na sede do bispado em função da apelação do réu no Juízo Eclesiástico, o fato é que as devassas episcopais configuravam-se como um dos principais e decerto mais presentes mecanismos de perseguição religiosa nas Minas dos setecentos. Estando em primeiro plano, como sublinha Luciano Figueiredo, seu teor repressor em detrimento da ação doutrinal (FIGUEIREDO, 1997, p. 76).

24 FIGUEIREDO. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 79. Nas palavras do autor: “o excessivo crédito na capacidade corretiva e disciplinadora das instituições eclesiásticas parece traduzir uma crenças exagerada na transmissão de normas e valores da cultura dominante, para a cultura das classes populares. Exagero que parece não perceber o exercício das formas de resistência entre esses grupos”.

25 AEAM. Juízo Eclesiástico 1748-1765. fl. 106.

Considerações finais

Atualmente, nossas concepções de justiça, ou para irmos um pouco mais longe, nossa própria visão acerca do mundo que nos cerca, dicotomiza de maneira bastante posta a esfera religiosa – ou o plano metafísico em perspectiva mais geral – e a esfera política e da alçada da justiça e do direito. O presente artigo pretende mostrar como numa época um tanto distante da nossa, qual seja, o Século do Ouro, essas visões estavam organicamente ligadas.

Nesta perspectiva, seria impossível pensar nas devassas eclesiásticas como um tribunal religioso em sentido estrito, dado que estas coíbiam entre outros delitos, práticas de prostituição e mesmo empréstimos de dinheiro a juros, como vislumbramos acima. A vontade do exercício do controle sobre a população dos arraiais auríferos fomentava esse tipo de diálogo sobre as formas de aplicação da justiça e da violência oficial – que naturalmente não era exclusividade das Gerais –, tornando a justiça laica e a religiosa mecanismos que funcionavam com significativa complementaridade.

Dessa forma, fosse pela justiça do rei, pela justiça de Deus, ou de ambos, tentava-se conter as ações dos habitantes das Minas, que no discurso de patente exagero intencional do conde de Assumar eram responsáveis por fazer brotar de sua desobediência e truculência “a soberba insolências, o poder liberdades, a inobediência [sic.] motins, bulhas o desgosto, tumultos a paixão, estrondos a ira” (ASSUMAR, 1994, p. 59).

Referências bibliográficas

ALENCASTRO, Luís F. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ASSUMAR, Conde de. **Discurso histórico e político sobre a sublevação que nas Minas houve no ano de 1720**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.

BOSCHI, Caio. As visitas diocesanas e a inquisição colonial. In: **Inquisição: comunicações apresentadas no I congresso luso-brasileiro sobre Inquisição**. Lisboa, 1989.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

CAMPOS, Adalgisa. A mentalidade religiosa do setecentos: o Curral del Rei e as visitas religiosas. In: **Vária História**. Belo Horizonte: UFMG. n. 18, p. 12, set. 1997.

FIGUEIREDO, Luciano. **Barrocas famílias**: vida familiar em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **Segredos de Mariana**: pesquisando a inquisição mineira. Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 20, jul./dez. 1987.

_____. **O avesso da memória**: cotidiano e trabalho da mulher em Minas Gerais no século XVIII. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2000.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HIGGS, David. Linguagem perigosa e a defesa da religião no Brasil na segunda metade do século XVIII. In: SILVA, Maria Beatriz N. da (Org.). **Cultura portuguesa na Terra de Santa Cruz**. Lisboa: Estampa, 1995.

MOTT, Luis. Cotidiano e Vivência religiosa da colônia: entre a capela e o calundu. In: Laura de Maello e Souza. (Org.) **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

OLIVEIRA, Alcilene C. de. A difusão da doutrina católica em Minas Gerais no século XVIII: análise das pastorais dos bispos. In: **História**: questões & debates. Curitiba: UFPR, n. 36, p. 201-205, 2002.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1985. v. 3. Livro V. Título III.

PAIVA, Pedro. **Bruxaria e superstição num país sem “caça as bruxas”**. Lisboa: Notícias, 2002.

PIRES, Maria do Carmo. **Juízes e infratores**: o Tribunal Eclesiástico do bispado de Mariana (1748-1800). 1997. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), Franca.

REIS, João J. **A morte é uma festa**: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, Marilda Santana da. O Tribunal Episcopal e os delitos femininos em Minas Gerais colonial. In: **LPH: Revista de História**. Mariana: UFOP, n. 10, 2000.

SOUZA, Laura de M. e. **Desclassificados do ouro**: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

TRINDADE, Raimundo. **Arquidiocese de Mariana**: subsídios para a sua história. São Paulo: Escolas Profissionais do Liceu Coração de Jesus, 1928. v. 3.

VILLALTA, Luis Carlos. **A torpeza diversificada dos vícios**: celibato, concubinato e casamento no mundo dos letrados de Minas Gerais (1748-1801). 1993. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.